

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 165.497 - RS (2019/0122877-5)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
SUSCITANTE : ECOVIX CONSTRUÇÕES OCEÂNICAS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
SUSCITANTE : RG ESTALEIROS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
SUSCITANTE : RG ESTALEIRO ERG1 S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
SUSCITANTE : RG ESTALEIRO ERG2 S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
SUSCITANTE : RG ESTALEIRO ERG3 INDUSTRIAL S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
SUSCITANTE : ENGEVIX SISTEMAS DE DEFESA LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : LUIS FELIPE SPINELLI - RS066061
ALEXANDRE GERETO DE MELLO FARO - SP299365
RODRIGO TELLECHEA SILVA - RS068582
ERIKA DONIN DUTRA E OUTRO(S) - RS096845
NATÁLIA OLIVEIRA MARIANI - RS108951
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE RIO GRANDE - RS
SUSCITADO : JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE RIO GRANDE - RS
SUSCITADO : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
INTERES. : MICHEL RIBEIRO BARTELLT

DECISÃO

Cuida-se de conflito positivo de competência, com pedido liminar, instaurado por ECOVIX CONSTRUÇÕES OCEÂNICAS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e OUTRAS, apontando como suscitados o Juízo de Direito da 2.ª Vara Cível de Rio Grande-RS, onde se processa a recuperação judicial das suscitantes, e o Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Rio Grande-RS, no qual tramita execução individual contra uma das empresas em soerguimento.

Aduziram as suscitantes, em resumo, que o Juízo laboral teria determinado atos executórios contra o seu patrimônio nos autos da Reclamatória nº 0020573-29.2015.5.04.0121, ajuizada por Michel Ribeiro Bartellt, invadindo, assim, competência do Juízo da recuperação judicial (Processo nº 023/1.16.0021010-0).

Diante disso, requerem, liminarmente, seja designada "a competência exclusiva do Juízo Recuperacional para dispor sobre o patrimônio do Grupo Ecovix, inclusive sobre os depósitos recursais realizados no âmbito da Reclamatória Trabalhista, até o julgamento definitivo do presente Conflito de Competência." (fl. 19)

Quanto ao mérito, pediram a confirmação da liminar, a fim de que seja reconhecida a competência do referido Juízo da Recuperação Judicial. (fls. 3/19)

Às fls. 294/297, este signatário deferiu, em parte, o pedido liminar a fim de sobrestar quaisquer determinações constritivas/expropriatórias que, nos autos da Reclamatória Trabalhista nº 0020573-29.2015.5.04.0121, em curso no r. Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Rio Grande/RS, afetem o patrimônio das suscitantes, e designar o Juízo da 2ª Vara Cível de Rio Grande/RS, para resolver, em caráter provisório, eventuais medidas urgentes, até ulterior deliberação deste relator. Opostos embargos de declaração (fls. 301/304), esses foram rejeitados às fls. 350/351.

Prestadas as informações (fls. 299 e 307/341), o MPF ofertou parecer no sentido da declaração de competência do r. juízo da recuperação judicial. (fls. 343/348)

É o relatório.

Decisão.

1. De início, vale destacar a competência deste Superior Tribunal de Justiça para o exame do presente incidente, uma vez que envolve juízos vinculados a Tribunais diversos, nos termos do que dispõe o artigo 105, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

2. Em conflitos similares, envolvendo, de um lado, o Juízo da Recuperação Judicial e, de outro, o Juízo Laboral, no qual tramita execução trabalhista movida contra sociedade recuperanda, o Superior Tribunal de Justiça tem reconhecido a competência do primeiro para efetivar atos de constrição e expropriação que, de alguma forma, afetem o patrimônio envolvido no processo de soerguimento.

Em regra, uma vez iniciada a recuperação judicial, é mister que os atos constritivos aos ativos da sociedade sejam submetidos ao Juízo Recuperacional, sob pena de esvaziamento dos propósitos da recuperação, mesmo após transcorrido o prazo de 180 dias (art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005). Nesse sentido, veja-se: CC 146.657/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/10/2016, DJe 07/12/2016; AgRg no CC 124.795/GO, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/06/2013, DJe 01/08/2013; (AgInt no CC 146.036/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/09/2016, DJe 20/09/2016; RCD no CC 131.894/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/02/2014, DJe 31/03/2014.

3. Ressalte-se que acerca dos depósitos eventualmente efetuados no âmbito da execução trabalhista, a jurisprudência pacífica desta Corte tem entendimento no sentido de também competir ao juízo da recuperação decidir acerca de sua destinação, ainda que tenham sido efetuados antes da instauração do processo de

Superior Tribunal de Justiça

soerguimento ou da decretação da quebra. Na mesma linha de entendimento: CC 101.477/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 9/12/2009, DJe 12/5/2010.

4. Do exposto, com fundamento no art. 955, parágrafo único, do NCPC c/c Súmula 568/STJ conheço do presente conflito e, por conseguinte, declaro a competência do r. juízo da 2ª Vara Cível de Rio Grande/RS.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 19 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator